

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Barreto Alvarez Parada, Maurício
CULTURA CÍVICA E MEMÓRIA NO ESTADO NOVO BRASILEIRO
Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
13, núm. 2, 2009, pp. 401-412
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526878007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CULTURA CÍVICA E MEMÓRIA NO ESTADO NOVO BRASILEIRO *

*Maurício Barreto Alvarez Parada***

Resumo. Este trabalho analisa os primeiros momentos da política de massas no país, nos quais acreditamos que o Estado Novo ocupou um lugar crucial. A cultura cívica construída pelo regime de 1937, preocupada com a “pacificação” e a “civildade”, demarcou uma nova relação entre as esferas institucionais do poder e a população, principalmente a urbana. A definição de uma temporalidade cívica, a construção de ícones nacionais, o uso da propaganda e dos meios de comunicação delimitaram, daí para frente, algumas das fronteiras de uma nova cultura política brasileira. Neste processo de ocupação pacificadora do espaço público, um dos recursos mais poderosos foi o planejamento e a manutenção de um calendário cívico comemorado através de monumentais cerimônias públicas, nas quais eram encenados os valores cívicos desejados pelo projeto civilizatório do novo governo.

Palavras-chave: Estado Novo; cultura cívica; memória.

CIVIC CULTURE AND MEMORY IN BRAZILIAN “NEW STATE”

Abstract. This work analyzes the early moments of mass politics in Brazil, a time in which we believe the Estado Novo held a crucial place. The civic culture built by the regime in 1937, concerned with “pacification” and “civility”, marked a new relationship between the institutional spheres of power and the population, especially the urban public. The definition of a civic temporality, the construction of national icons, the use of propaganda and mass media marked, from then on, some of the frontiers of a new Brazilian political culture. In that process of pacifying occupation of the public realm, one of the most powerful resources was the planning and maintenance of a civic calendar, commemorated through monumental public ceremonies, in which the civic values desired by the civilization project of the new government were acted out.

Keywords: Estado Novo; Civic Culture; Memory

* Artigo recebido em 12/06/2008 e aprovado em 23/07/2008.

** Doutor em História pela UFRJ. Professor do Mestrado em História da Universo/RJ.

CULTURA CÍVICA Y MEMÓRIA EN EL *ESTADO NOVO* BRASILEÑO

Resumen. Este trabajo analiza los primeros momentos de la política de masas en Brasil, en los cuales el *Estado Novo* ocupó un lugar crucial. La cultura cívica construida por el régimen de 1937, preocupada con la “pacificación” y con la “civilidad”, demarcó una nueva relación entre las esferas institucionales del poder y la población, principalmente con el público urbano. A partir de ese momento, la definición de una temporalidad cívica, la construcción de íconos nacionales, el uso de la propaganda y de los medios de comunicación delimitaron algunas de las nuevas fronteras de una nueva cultura política brasileña. En el marco de este proceso de ocupación pacificadora del espacio público, uno de los recursos más poderosos fue la planificación y la manutención de un calendario cívico, conmemorado a través de ceremonias públicas monumentales en las que eran puestos en escena los valores cívicos promovidos por el proyecto civilizatorio del nuevo gobierno.

Palabras Clave: Estado Novo; cultura cívica; memória.

INTRODUÇÃO

No dia 3 de fevereiro de 1931 o jornal “O Correio da Manhã” publicava uma matéria acerca dos acontecimentos que se desenrolaram nas ruas da Capital Federal no decorrer do dia anterior. A história narrada pelo jornal começara de fato alguns dias antes, quando o interventor do Distrito Federal Adolfo Bergamini, por decreto, tabelou o preço do café em 100\$ e o da média em 200\$. Os comerciantes, alegando não poder praticar tais preços, fecharam seus estabelecimentos no dia 2 de fevereiro e convocaram uma reunião no “Centro de Proprietários de Cafés do Rio de Janeiro” com o intuito de abrir negociações para a revogação da medida. O interventor condicionou o início do diálogo à reabertura dos estabelecimentos, e enquanto isso, diversas manifestações foram tomando forma pela cidade.

Pouco antes das 14 horas, em vários pontos da cidade viam-se, inclusive nas cortinas de aço dos cafés de luxo, cartazes convidando a população para um comício que se realizaria às 17 horas, convite assinado pela Legião 5 de Julho. O comício foi realizado nas escadarias do Teatro Municipal. Todos os oradores condenaram a conduta dos donos dos cafés, dando motivos para o cumprimento da medida do interventor. Nos

discursos, dois argumentos se destacavam. O primeiro era a baixa qualidade do café, associada aos lucros decorrentes das práticas fraudulentas de “batismo” (mistura/adulteração do produto). O outro, mobilizando argumentos nacionalistas, condenava o chamado “elemento estrangeiro”, pois a maioria dos proprietários de cafés eram portugueses ou espanhóis que “vinham ao Brasil explorar a população nacional” (CORREIO DA MANHÃ, 1931, p.3).

Por volta das 18 horas, “mesmo com chuva”, segundo o relato do jornal, a multidão começou a subir a Avenida Rio Branco com gritos de “morram os exploradores do povo” e fazendo ameaças aos proprietários e garçons dos diversos cafés ao longo do percurso. Caminhando na direção do Paço Imperial, onde então se localizava a prefeitura, a multidão foi se dispersando, mas, ao chegar lá, era ainda numerosa o bastante para pedir a presença do interventor. De uma das sacadas do Paço, Adolfo Bergamini fez um discurso de conciliação, afirmando que a questão estava sendo examinada por uma comissão de técnicos e que a população deveria retornar às suas casas em ordem.

Além desta marcha, a população reagiu de forma fragmentada, atacando vários estabelecimentos. Grande número de populares, em represália ao aumento, andou pela cidade atacando vários botequins e cafés. Na própria Avenida Rio Branco, na rua Uruguiana e no Largo de São Francisco, diversos estabelecimentos tiveram suas vidraças partidas e suas mesas e louças quebradas.

O motim terminou com a intervenção da polícia, que, em nota distribuída à população, afirmava que os estabelecimentos deveriam abrir e vender o café a 100\$ enquanto a questão estivesse sendo examinada; com esta solução, pedia que a população cessasse todas as hostilidades. Com ironia, a reportagem afirmava que uma novidade surgia no comércio carioca a partir daí: o café ralo (com água) vendido a 100\$.

Esta revolta popular ocorreu menos de 15 dias depois da convocação, pelo Partido Comunista, dos “sem trabalho” para participar da “Parada da Fome”. Violentemente reprimida pela polícia, a manifestação, que não chegou a acontecer, foi apresentada na imprensa como um movimento planejado para realizar saques “à mão armada”, articulado com outro semelhante que se realizaria na cidade de Santos. Em resposta, foi organizada, pelo próprio governo, uma grande manifestação de solidariedade ao ministro do trabalho e ao chefe do governo provisório. Estas demonstrações de “solidariedade” ocuparam

todo o dia 24 de janeiro e movimentaram operários de vários setores: transportes, energia e comércio. A manifestação reuniu cerca de 15.000 pessoas e constituiu-se em uma marcha que teve início na Praça da República e terminou no Palácio do Catete.

Tais exemplos não constituem fatos isolados. Seria possível fazer uma longa lista de motins e revoltas ocorridos em vários pontos do país entre 1931 e 1936, entre os quais se destacariam a movimento constitucionalista de São Paulo em 1932 e o levante comunista de 1935. A lista contaria ainda com a greve dos operários têxteis, as rebeliões de soldados em Niterói, Teresina, Recife e São Paulo em 1931; os enormes comícios e greves que antecederam a insurreição paulista no ano seguinte; as marchas integralistas e os comícios e debates que ocorreram no ano das eleições para a constituinte; os conflitos entre integralistas e comunistas; as greves de funcionários públicos de 1934 e, finalmente, os comícios da Aliança Nacional Libertadora no ano de 1935, antes da “Intentona”.

Longe de ser uma instância pacífica, as ruas das cidades brasileiras após 1930 foram locais de intensa conflitividade e baixíssima regulação. Os grupos organizados em torno de projetos ideológicos, alguns deles claramente revolucionários, e tumultos pontuais causados por insatisfações localizadas, mas igualmente perturbadoras, faziam da praça pública e das ruas uma fonte de constante instabilidade e um empecilho para a constituição de um padrão de governabilidade. A constância dos motins urbanos, das revoltas populares, das greves e dos levantes revolucionários fez parecer ao governo brasileiro que a paz pública parecia algo difícil de alcançar nesses anos.

Tendo em vista este quadro, podemos considerar que a “pacificação da rua”, após esta longa trajetória de instabilidade, era uma prioridade dentro da reestruturação da ordem política pretendida pelo Estado Novo. O processo de “pacificação” estava associado à construção de modelos de “civildade”, ou seja, todo o esforço de controle policial do regime de 1937 seria ineficaz se não fosse acompanhado da disseminação de comportamentos de autocontenção e disciplina. Além da polícia, seria indispensável o controle sobre os discursos e manifestações cívicas que tematizavam a Nação.

CULTURA CÍVICA E A CONSTRUÇÃO DO TEMPO

A cultura cívica construída pelo regime de 1937, preocupada com a “pacificação” e a “civildade”, demarcou uma nova relação entre as esferas institucionais do poder e a população urbana. A definição de uma nova temporalidade cívica e o uso da propaganda e dos meios de comunicação tornaram-se estratégias necessárias para a redefinição de uma cultura política brasileira que fosse pautada pela ordem e o autocontrole dos indivíduos. Neste processo de ocupação pacificadora do espaço público, um dos recursos mais poderosos foi o planejamento e a manutenção de um calendário cívico, comemorado através de monumentais cerimônias públicas, nas quais eram encenados os valores desejados pelo projeto civilizatório do novo governo (WILLIAMS, 1995).

A restrição aos direitos civis já vinha sendo sentida em 1935. Mesmo antes da aprovação da Lei de Segurança Nacional, em de abril de 1935, houve diversas intervenções nos sindicatos motivadas pela organização de greves. A ação policial se fazia sentir através de invasões e destruição das sedes dos sindicatos, além de espancamentos e prisões de militantes. Ao mesmo tempo, o período que antecedeu ao Estado Novo foi de radicalização ideológica e de crescente mobilização de massas. O PC começava a articular de forma mais intensa uma linha de frente popular, promovendo campanhas contra o nazifascismo e buscando a unificação daquela parte do movimento sindical que ainda se encontrava sob orientação de lideranças de esquerda. A criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935, respondia a esta repressão dos setores organizados do sindicalismo e às expectativas de unificação das esquerdas.

A ANL, colocando nas ruas a esquerda e agindo como veículo capaz de mobilizar a população por fora das instâncias do Estado – inclusive trabalhadores urbanos não envolvidos com o sindicalismo ou com a militância socialista –, aguçava a questão da ameaça comunista. Os concorridos comícios e os choques violentos com militantes da Ação Integralista Brasileira (AIB) indicavam o grau de radicalização e mobilização política a que se chegara. A Lei de Segurança Nacional e o fechamento da ANL, em julho de 1935, seguidos do levante comunista de novembro e da violenta reação do governo, aprofundaram as práticas de repressão. Em suma, inaugurou-se a partir de 1935 um novo quadro na vida política brasileira: a questão social, em sua dimensão pública, foi definida como uma questão de segurança nacional, e o discurso

acusatório de “inimigo da Nação” voltou-se para uma categoria: os comunistas.

Logo após o levante de 1935 o Estado brasileiro iniciou um processo sincronizado de intensificação das práticas comemorativas do Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que também se aprofundavam as tendências de repressão policial. Ao longo dos anos seguintes foi ampliado o calendário de festas cívicas nacionais. O novo calendário foi estruturado entre 1936 e 1938 e sua linha do tempo compreendia as seguintes comemorações: o dia de *Tiradentes*, em 21 de abril; o *1º de Maio*, dia do trabalho; a *Semana da Pátria*, um conjunto de comemorações realizadas ao longo da primeira semana de setembro que incluía, além do desfile militar, em 7 de setembro, o *Dia da Juventude* e a *Hora da Independência*; o *Dia da Revolução Brasileira*, em 10 de novembro; a *Proclamação da República*, em 15 do mesmo mês; e por fim, no dia 19, ainda em novembro, o *Dia da Bandeira*. Cada comemoração teria uma história específica durante o período, cada uma com seu público, sua pedagogia e seus temas.

O patrocínio de cerimônias cívicas pelo regime varguista procurava realizar uma síntese cultural em monumentais rituais comemorativos. Estes rituais, que serviram para o propósito múltiplo de unificar elites e massas, Estado e sociedade em um contexto de modernização, também simbolizaram um tempo e um espaço idílico no imaginário político brasileiro. Estes rituais procuravam reinventar uma harmonia nacional, que o regime varguista acusava ter sido destruída pela República Velha, assim como procurava construir uma nova cultura política que serviria de guia para a Nação na direção da modernidade, soberania e ordem.

O movimento de alteração do tempo cívico já ocorria desde 1930. Em dezembro desse ano o governo provisório revisou o calendário cívico e eliminou algumas datas relacionadas à tradição republicana de 1889: o dia 24 de fevereiro, que comemorava a promulgação da Constituição de 1891; o 13 de maio, relacionado com a luta abolicionista e comemorado como dia da fraternidade nacional; e o 14 de julho, que remetia às tradições francesas dos primeiros momentos da República e era comemorado como dia da Liberdade e Independência das Américas. Essas mudanças evidenciavam um claro ataque simbólico ao liberalismo da Velha República e a estrutura temporal da cultura política liberal. A mudança também assinalava a nacionalização do tempo cívico, fazendo-o mais brasileiro e menos influenciado por eventos estrangeiros. A

transformação do 7 de setembro em *Semana da Pátria* e a criação de um ciclo de festas em novembro, abrangendo o *Dia da Bandeira* e o *Aniversário do Estado Novo*, foram as novidades acrescentadas a partir de 1937.

Discutindo as relações entre memória e a criação de novos calendários, Paul Connerton (1989) afirma que “todos os inícios contêm um elemento de memória”. Segundo ele, isto é particularmente verdade quando um grupo social realiza um esforço coordenado e necessariamente arbitrário para realizar um novo início. Este momento se dá quando os seus agentes suprimem a sequência de temporalidade e interrompem a continuidade da ordem temporal, inaugurando e registrando o novo tempo na forma de um novo calendário.

Os líderes do Estado Novo enfrentaram um problema que não era exclusivamente seu, nem historicamente inédito: como estabilizar de uma maneira definitiva e total uma nova ordem social que se afirmava em um contexto público muito instável. O presente devia ser separado daquilo que o precedia por um ato de demarcação inequívoca e o novo calendário pretendia ser como um muro, definitivo e permanente, entre o novo começo e a antiga ordem. Vemos na construção do novo calendário uma tentativa de erguer um monumento demarcatório que definia os limites de um começo radical. A tentativa de romper temporalmente com a antiga ordem social não pode ser pensada sem discutir elementos relacionados à elaboração da memória coletiva (GOMES, 1994).

É pelo pertencimento a um grupo social – particularmente por relações de parentesco, laços religiosos e associações de classe – que os indivíduos estariam aptos a lembrar. Os grupos forneceriam aos indivíduos sistemas no interior dos quais suas memórias estão localizadas como se fosse um mapa. Nós situamos o que nós recordamos no interior do espaço mental fornecido pelo grupo, mas estes espaços mentais individuais sempre recebem suporte e se referem ao espaço mental ocupado por grupos sociais particulares. Nenhuma memória coletiva poderia existir sem referência a um quadro mental socialmente específico (FERREIRA, 1997).

A ideia de memória individual, absolutamente separada da memória social, é uma abstração desprovida de significado, em que cada um, com um passado diferente, terá memórias diferentes agregadas a diferentes limites característicos do grupo em questão. Se queremos continuar a falar em memória coletiva devemos reconhecer que o que está subsumido a tal termo refere-se, fundamentalmente, à comunicação

entre indivíduos e ao fato de membros de diferentes grupos sociais comunicarem-se uns com os outros, nos termos característicos do seu grupo particular. O estudo da formação social da memória é o estudo daqueles atos de transferência que fazem a lembrança possível. Digo isso para destacar como as cerimônias comemorativas têm importância crucial especialmente como atos comunicacionais e também na construção da memória coletiva e individual (CAPELLATO, 1998).

No Brasil, o controle sobre a memória e o uso das cerimônias estavam no cerne da confecção do novo calendário proposto pelo regime de 1937. A relação entre a mudança de regime e a alteração nas datas cívicas indica que o calendário foi objeto de intensa atenção política, uma vez que seria o fundador do novo tempo cívico, da memória coletiva, e um modelo para as virtudes públicas. O Estado Novo foi, em larga medida, capaz de realizar um programa de rejuvenescimento cívico porque foi hábil em alterar o fluxo do tempo. A eliminação estratégica e a inserção de certas datas estabeleceram a base temporal para incentivar o gerenciamento ritualizado e disciplinado do tempo.

Visto assim, devemos reconhecer a plasticidade do calendário e a maleabilidade do tempo. Além das datas já citadas, celebradas anualmente, o regime varguista decretou numerosos feriados cívicos extraordinários. Alguns eventos foram celebrados uma única vez, normalmente o aniversário de nascimento ou de morte de uma figura histórica. Podemos citar o 11 de julho de 1936 (centenário de nascimento de Carlos Gomes), 6 de abril de 1938 (centenário de morte de José Bonifácio de Andrada e Silva), 13 de maio de 1938 (cinquentenário da abolição da escravidão) e o 9 de setembro de 1942 (tricentenário da expulsão dos holandeses). Durante cada ocasião o governo federal montou uma série de cerimônias e festejos (discursos públicos, eventos teatrais e inaugurações de estátuas e edifícios públicos) para marcar a data e dirigir os olhos da Nação para a exemplaridade das figuras e dos eventos do passado. Mudanças no calendário cívico oficial não somente refletiam a abrangência da natureza comemorativa do regime, mas também representavam a politização do tempo cívico levada cabo pelo regime.

O novo calendário pode ser analisado como uma ação que pretendeu fixar um significado para a comunidade nacional, um significado que devia ser guardado na memória coletiva e vivenciado mediante intensas ações físicas nas cerimônias públicas. De fato, o calendário enquadrava e idealizava uma consciência cívica na qual as datas

do passado e do presente eram comemoradas como se estivessem ligadas ao mesmo registro histórico-temporal, associando, por exemplo, a independência à promulgação da constituição de 1937. Relacionando o 7 de setembro, o 15 de novembro e o 10 de novembro, o calendário naturalizou o golpe de 1937 como um momento no desenvolvimento da história nacional. O calendário cívico também permitiu ao regime concentrar suas energias e mobilizar as da Nação numa direção específica, demarcando tempos e lugares nos quais Vargas e o Estado Novo podiam ser reconhecidos por sua importância e indispensabilidade na luta pela manutenção da soberania do Estado-Nação. Inegavelmente o Estado Novo recriou o calendário cívico para se inventar e se legitimar como regime (OLIVEIRA, 1989).

Procuramos compreender como a ação das diversas instâncias de poder constituídas a partir de 1937 construiu uma cultura política muito peculiar que, genericamente, podemos denominar de cultura cívica estadonovista. O regime de 1937 elevou a cultura cívica a uma de suas principais prioridades; patrocinar eventos cívicos foi, para os administradores culturais do regime, uma oportunidade para estabelecer uma ponte entre política e cultura e uma forma de administrar as tensões sociais em uma nascente sociedade de massas.

O patrocínio, pelo Estado Novo, de um novo calendário procurava realizar um ato de demarcação monumental, isto é, o novo calendário pretendia ser um marco permanente entre o novo começo e a antiga ordem. A tentativa de quebrar temporalmente com a antiga ordem social não pode ser pensada sem que se discutam os elementos relacionados à elaboração da memória coletiva. O novo calendário pode ser analisado como uma ação que pretendeu fixar um significado para a comunidade nacional, significado este que devia ser guardado na memória coletiva e vivenciado por meio de intensas ações físicas nas cerimônias públicas. As comemorações de fatos cívicos e históricos importantes constituíram-se em eventos-síntese que reinventavam uma harmonia nacional que o regime varguista afirmava ter sido destruída pela República Velha. Ao mesmo tempo o novo calendário pretendia construir parâmetros que serviriam de guia para a Nação na direção da modernidade, soberania e ordem. Se partirmos do princípio de que o calendário e as manifestações cívicas devem ser entendidos como uma forma eficaz de elaboração das identidades políticas, poderemos afirmar que o controle do tempo/espço cívico foi central na redefinição da cultura política brasileira no momento de criação do Estado Novo.

Esta nova cultura cívica que se forja a partir de 1937 estava dialogando diretamente com o contexto político de 1935, especialmente com a “ameaça” que representou a chamada “Intentona Comunista”. A intensificação das práticas comemorativas patrocinadas pelo Estado brasileiro nesse período sacraliza e articula os novos valores do homem nacional: disciplina, solidariedade, saúde e trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: TEMPO E PODER

As cerimônias cívicas comemoradas a partir do novo calendário eram locais de poder, lugares sintéticos e aglutinadores que se realizavam em diálogo com outras ações do Estado, inclusive as de violência. O vasto sistema de cerimônias públicas não era mero cenário para “desviar o olhar”. Sua relação com as ações de violência perpetradas pelo regime foram mais complexas e mesmo mais íntimas. O Primeiro de Maio e o Sete de Setembro festejavam a norma que deveria reger o bom cidadão e eram a contrapartida simbólica da repressão. A comemoração dos padrões de harmonia e comportamento pretendidos pelo Estado autoritário legitimava seus atos de violência. A prisão, o cárcere e o exílio eram “legítimos” porque preservavam a harmonia encenada e teatralizada na praça pública. A experiência de harmonia permite a opressão política.

Por outro lado, a política em sociedades de massas é necessariamente espetacularizada e intermediada por diversos vetores comunicacionais. A ideia de uma esfera pública perversa pelo espetáculo impede a compreensão da especificidade da política nas sociedades industriais contemporâneas. O calendário cívico construído pelo Estado Novo foi uma peça narrativa, comunicacional e performática, portanto não foi mera “propaganda política”, expressão carregada de elementos alienadores e obstrutivos da consciência.

O novo calendário deve ser encarado, ao final desta pesquisa, ao mesmo tempo como representação e experiência, pois, além de inventar uma nova temporalidade cívica, também instaurava os personagens sociais que neles iam participar. Com esta consideração estamos postulando que os gestores da política cultural do Estado Novo encontraram nas cerimônias comemoradas ao longo do ano um poderoso instrumento para construir uma reserva política que deveria ser cuidada, pois as massas políticas do passado foram responsáveis pelas “ameaças” à segurança da Nação, fazendo secessões e promovendo golpes, e as

massas do futuro deveriam ser cuidadas e disciplinadas para não apresentarem estes “desvios” e “vícios”.

Nos anos de 1940 e 1941 o calendário cívico estava instalado e rotinizado na dinâmica das cidades brasileiras e todos os aparelhos e instituições organizacionais tinham se estabilizado. As disputas de poder entre os diversos órgãos e ministérios tinham se estabilizado e os responsáveis pela organização dos eventos tinham sido definidos.

As cerimônias estavam inseridas em um complexo produtor de significados e valores cívicos que agregava a ação coordenada dos meios de comunicação, das agências do ministério e das escolas. Sua eficácia doutrinária estava relacionada com o alinhamento entre três elementos: o controle sobre a imprensa, a estruturação das disciplinas de educação física e canto orfeônico e o aperfeiçoamento das técnicas de administração das massas urbanas, que foram progressivamente constituindo um local discursivo articulado capaz de estruturar modelos de conduta socialmente legítimos.

Nesses anos, uma tecnologia para o gerenciamento dos grandes deslocamentos urbanos necessários às cerimônias foi aperfeiçoada, permitindo que os órgãos de Estado dispusessem de recursos para convocar, mover, apresentar e dissolver grandes massas dentro das cidades sem que isso levasse a um colapso do cotidiano urbano. O circuito escolas-cerimônias-meios de comunicação foi fechado pela ação dos agentes culturais do Estado Novo, constituindo a base de uma poderosa estrutura produtora de práticas e discursos sobre as relações entre o corpo simbólico da Nação e os cidadãos desse novo tempo.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Francisco Cintra. *Os feriados da República*: explicação histórica dos feriados nacionais. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1934.

CONNERTON, Paul. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

CORREIO DA MANHÃ. 03 fev. 1931.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

- FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- LACERDA, Aline Lopes de. Obra Getuliana ou como as imagens comemoram o regime. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.7, n.14, p. 241-264, 1994.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus/Ed. Unicamp, 1986.
- LIMA, Magali Alonso. *Formas Arquiteturais no Estado Novo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Funarte, 1979.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945*. São Paulo: Difel, 1979.
- OLIVEIRA, Lúcia L. (org.) *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980
- , As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos* Rio de Janeiro, vol.2, n.4, p.172-189, 1989.
- OLIVEIRA, Lúcia L., VELLOSO, Mônica P., GOMES, Ângela C. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PECAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1987.
- WILLIAMS, Daryle. *Making Brazil Modern: political culture and cultural politics under Getulio Vargas, 1930-1945*. Stanford : Phd Thesis, 1995.

